

Imunidade — Contribuição Social — Comércio de livros e periódicos (STF)	302
Comissão Parlamentar de Inquérito — Depoente — Direito ao silêncio (STF)	303
Serviço cartorário — Emolumentos — Fixação (STF)	312
Juros reais — Limite — Lei complementar (STF)	317
Servidor público — Remuneração — Limite (STF)	320
Tratado Internacional — Constituição — Depositário infiel (STF)	324
 Jurisprudência Administrativa	
Pena de multa — Processo criminal — Competência (AGU)	329
Leiloeiro oficial — Junta Comercial — Poderes (M.D.I.C.E.)	337
Proposta de Código de Conduta de Alta Administração Pública Federal (P.R.)	342
 Pareceres	
Sociedade de economia mista — Subsidiária — Contratos — CAIO TÁCITO	347
Poder de sanção — Órgão regulador — ANEEL — FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	353
Inexigibilidade de licitação — ALBERTO DE LIMA VIEIRA	370
Sociedade de economia mista — Sócio estratégico — Acordo de Acionistas — ADILSON ABREU DALLARI	379
 Legislação	
Lei complementar nº 102, de 11 de julho de 2000 — Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências	401
Anexo à Lei Complementar nº 102 de 11 de julho de 2000	404
Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000 — Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22	407
Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000 — Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal e dá outras providências.	408
RAZÕES DE VETO — Mensagem nº 961	410

SUMÁRIO

Doutrina

Agências Reguladoras da Administração — CAIO TÁCITO	1
Pregão: nova modalidade licitatória — MARÇAL JUSTEN FILHO	7
Constitucionalidade/inconstitucionalidade: uma questão política? — INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO	47
A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus princípios jurídicos — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	71
Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público: Divisão ou concentração de poderes? FÁBIO MEDINA OSÓRIO	93
A Ação Civil Pública como instrumento de combate à corrupção no Estado Democrático de Direito — PAULO HENRIQUE BLASI	127
A inconstitucionalidade de lei estadual que concede gratuidade no transporte coletivo intermunicipal — ANDRÉ L. BORGES NETTO	133
Servidor Público: direito adquirido e irreduzibilidade de vencimentos — PATRÍCIA FERREIRA BAPTISTA	141
Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988 — ANA PAULA DE BARCELLOS	159
As alterações constitucionais e os limites do poder de reforma — GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	189
O poder regulamentar dos órgãos reguladores — PEDRO DUTRA	239
Invalidação de atos administrativos — HERALDO GARCIA VITTA	257

Jurisprudência dos Tribunais

Vencimentos — Correção monetária — Substituição processual (STF)	273
Servidor Inativo — Contribuição previdenciária — Não incidência (STF)	295
Servidor Público — Remuneração — Princípio da isonomia (STF)	298
Servidor Inativo — Gratificação — Extensão (STF)	300

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

RENOVAR



FGV

Fundação Getúlio Vargas

JULHO/SETEMBRO-2000

221

Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 — Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas — ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências	411
RAZÕES DE VETO — Mensagem nº 966	419
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 — Regulamenta o art. 225, §1º, incisos, I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências	421
RAZÕES DE VETO — Mensagem nº 967	433
Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 — Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências	436
RAZÕES DE VETO — Mensagem nº 968	443
Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000 — Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.	444
RAZÕES DE VETO — Mensagem nº 976	
Decreto nº 3.530, de 30 de junho de 2000 — Altera o §3º do art. 4º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, que regulamenta a execução do Programa de Recuperação Fiscal — REFIS	447
Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 — Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns	447
Emenda Constitucional n. 29, de 13 de setembro de 2000 — Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.	454
Emenda Constitucional n. 30, de 13 de setembro de 2000 — Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.	456
Índice Analítico	459